

POR QUE A LITERATURA INFANTO-JUVENIL NÃO É INCENTIVADA EM ALGUMAS ESCOLAS ESTADUAIS

ALMEIDA, Gilvaneide Pereira de. ¹
Glvn.pereira@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Adenilde Bomfim de. ²
Adenil70@hotmail.com

Orientador:

GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares.
joaquimsoaresguimaraes@ig.com.br

Especialista em Educação e Gestão da Administração – Professor do Curso de Letras da Universidade Tiradentes

RESUMO

O presente TCC procurou apresentar de modo sucinto, mas atendendo à complexidade do tema, algumas considerações a respeito da falta de incentivo à leitura em algumas escolas estaduais do município de Aracaju/Se. O estudo faz apontamentos sobre a formação inicial do leitor e a deficiência no incentivo à leitura por parte das escolas públicas estaduais. De um modo geral, o estudo procura demonstrar a importância da literatura infanto-juvenil desde a mais tenra idade, principalmente no que diz respeito à participação da escola como um espaço de leitura em que, com a mediação do professor, os alunos façam leituras diversas de textos científicos, jornalísticos, de propaganda, de ficção e não-ficção, de poesia, enfim, todos aqueles recomendados na maioria dos currículos.

Palavras-chaves: incentivo; leitura; escola pública; infanto-juvenil.

-
- 1- Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras / Português da Universidade Tiradentes – UNIT.
 - 2- Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras / Português da Universidade Tiradentes – UNIT

1 ASSEVERAÇÕES DE CUNHO INTRODUTÓRIO

A formação inicial do leitor, na maioria das vezes, acontece na escola. É lá que a criança tem o primeiro contato com livros. O ideal, segundo pesquisadores, seria que este contato, o manuseio do livro, ocorresse ainda em sua própria casa, mesmo antes de adentrar ao espaço escolar. No entanto, de acordo com a realidade brasileira, sabe-se que somente em poucos casos esse contato preliminar com os livros acontece fora da escola.

Por outro lado, pergunta-se freqüentemente, o que se lê nas escolas, e como resposta obtém-se que são lidos pequenos trechos de livros didáticos e os livros bimestrais, aqueles selecionados para serem lidos num certo período. Em geral, comportam um questionário no final, sob pretexto de aferir o entendimento do que foi lido. Eles ainda possuem encartadas, fichas de atividades bastante estereotipadas, que em geral, versam sobre o nome do autor, das personagens e das ações que alguns deles desenvolvem no enredo.

Esse tipo de leitura não se complementa com outras leituras, porque cada aluno, depois de ler, preenche individualmente sua ficha, não havendo, em geral, nem diálogo nem mediação do professor, que não pode, assim, perceber as nuances das diferentes leituras realizadas pelos alunos. Agrava-se o exposto, quando se compreende o mais elementar: ler e escrever são atividades complementares, uma não existe plenamente sem a existência plena da outra.

A escola deveria ser um espaço de leitura em que, com a mediação do professor, os alunos fizessem leituras diversas de textos científicos, jornalísticos, de propaganda, de ficção e não-ficção, de poesia, enfim, todos aqueles recomendados na maioria dos currículos. Só assim se desenvolveria a verdadeira competência em leitura.

Se, conforme Chartier (citado por PASQUALE NETO, 2003, p.36), “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”, do mesmo modo se pode afirmar que a íntegra deste texto só é possível porque alguém foi capaz de escrevê-lo.

A idéia de pesquisar sobre a falta de incentivo à leitura em algumas escolas estaduais, surgiu da observação de como a leitura é tratada na instituição escolar. Esta pesquisa partiu da observação do trabalho dos alunos em sala de aula, no que se refere à leitura e à escrita, percebendo-se que os educandos têm dificuldade em ler e compreender textos lidos. A produção de textos também está bastante comprometida.

As escolas têm poucos livros adequados aos educandos do ensino fundamental. A chamada literatura infanto-juvenil resume-se a poucos exemplares, guardados em espaço, muitas vezes, inacessível ao aluno. Os professores, por sua vez, também têm dificuldade em trabalhar com tais livros e preferem usar os livros didáticos, com seus textos pouco interessantes e distantes do universo do aluno.

Nesse sentido, a leitura infanto-juvenil incentiva à busca da identidade e sua interação com a realidade, tornando-se importante saber o motivo da falta de incentivo, por parte de algumas escolas estaduais, à leitura de obras voltadas para o público infanto-juvenil. Deve-se procurar compreender as dificuldades por que passam professores e alunos no que se refere à formação de leitores, bem como, buscar alternativas para minorar o problema em questão.

2 A REALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA E DA ESCOLA PRIVADA: POR QUE FALTA INCENTIVO À LEITURA DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL?

O gosto pela leitura poderia ser incentivado a partir do contato despretenso com o livro e a sensibilidade necessária à leitura do texto literário, cultivada pelo contato com vários tipos de texto, inclusive, com os não-verbais. A experimentação de sons, cores, formas, traços, texturas em materiais variados, prepara os olhos, os ouvidos, o corpo como conjunto receptivo para a vivência de sensações e emoções. Nas famílias mais carentes e na escola pública, o quadro aqui pretendido torna-se incomum. Justamente por isso, a sala de aula teria todas as condições para se tornar um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um importante setor para intercâmbio da cultura literária. O esforço feito na família e, em especial, na escola, para promover a leitura será benéfico ao educando. Daí a importância de pais e, principalmente, professores reconhecerem o caráter artístico da literatura infanto-juvenil, selecionando obras emancipatórias, que permitam o diálogo, a interação entre o narrador e o leitor, garantindo prazer no ato de leitura e, conseqüentemente, ampliação dos horizontes de expectativas, de modo a gerar novos conhecimentos.

Na escola privada, o acesso à leitura é muito maior. Os pais dispõem de meios de comprar os livros sugeridos na bibliografia que lhes é entregue no ato da matrícula, e mesmo as bibliotecas destas escolas mantêm acervos de considerável qualidade. Assim, o professor da escola privada tem como trabalhar os citados livros em sala de aula, utilizando-se das mais variadas e criativas formas.

O professor da escola pública já vive uma situação totalmente diversa. Como os seus alunos não dispõem de recursos para adquirir livros, estes precisam esperar os que lhes são enviados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Estes exemplares normalmente chegam às escolas em quantidades pequenas e, nem sempre são colocados à disposição do aluno.

As escolas públicas nem sempre possuem bibliotecas ou mesmo funcionários disponíveis para atender à demanda dos alunos. Quando possuem tal espaço, os funcionários que ali trabalham são, conforme observação, quase sempre

professores que por motivos de saúde se encontram afastados de suas funções em sala de aula, logo nem sempre são profissionais que tenham sido treinados ou que tiveram formação na área da leitura.

Ainda há casos em que os livros se mantêm guardados em armários longe dos alunos. Quem opta por tal sistemática, alega que os livros se forem entregues para que os alunos os utilizem podem ser subtraídos ou danificados por eles. O que é, certamente, uma visão retrógrada e autoritária, mas comum nas escolas públicas brasileiras.

Sabe-se que através do tempo, a leitura tem sido muito importante na aquisição de conhecimentos. Nos dias atuais, observa-se que apesar de saber da importância do ato de ler, muito há que se fazer para tornar esta prática usual, principalmente nas escolas públicas. Pesquisas têm sido vinculadas nos meios de comunicação, dando conta de que no Brasil se lê muito pouco em relação a países europeus e mesmo a outros países tidos como sendo de primeiro mundo.

Na escola pública, o acesso à leitura, principalmente à leitura crítica, tem sido difícil. Deve-se tentar formar o leitor logo nas primeiras séries do ensino fundamental. O ideal seria que ele já tivesse contato com os livros antes mesmo de vir à escola. No entanto, a realidade é outra. As crianças chegam à escola sem terem nenhum contato anterior com a leitura. Na sala de aula, na maioria das vezes, o professor se prende aos textos dos livros didáticos, nem sempre interessantes ou próximos da realidade do aluno. Tais textos, muitas vezes, são lidos mecanicamente e interpretados da maneira escolhida pelo autor, não permitindo uma postura crítica do aluno em relação a aquilo que leu.

Segundo Marisa Lajolo (citada por PASQUALE NETO), ao se referir aos modos de utilização do texto literário na escola, salienta a inutilidade de abordagens que, fazendo do texto pretexto para outras atividades, suprime o leitor do “contato solitário e profundo”, propício ao à vivência da “liberdade e da subversão instauradas pelo e no texto literário”. A escola nem sempre estimula a leitura. Nem sempre o aluno é incentivado a freqüentar bibliotecas e a se aventurar pelas estantes repletas de livros para tentar encontrar aquele que o atraia. Essa paixão talvez pudesse ser incentivada pela escola desde as primeiras classes. Os alunos poderiam participar,

desde cedo, de atividades que implementassem a vivência do prazer que se experimenta com o livro e com leitura do texto literário.

Ainda afirma Irandé Antunes (2003, p.28), sobre as atividades com texto em sala de aula:

Realiza-se "uma atividade de leitura cuja interpretação se limita a recuperar os elementos literais e explícitos presentes na superfície do texto. Quase sempre esses elementos privilegiam aspectos apenas pontuais do texto (alguma informação localizada num ponto qualquer), deixando de lado os elementos de fato relevantes para sua compreensão global (como seriam todos aqueles relativos à idéia central, ao argumento principal defendido, à finalidade global do texto, ao reconhecimento do conflito que provocou o enredo da narrativa, entre outros)";

A partir do que foi dito, pode-se observar a importância da literatura infanto-juvenil no âmbito escolar. O aluno precisa manusear os livros, observá-los e lê-los de acordo com a sua visão de mundo. As escolas dispõem de poucos exemplares, não obstante a tentativa do MEC (Ministério da Educação e Cultura), de enviar algumas obras clássicas da literatura brasileira, bem como alguns livros de literatura mais apropriados para crianças e adolescentes, ainda é muito pouco. A grande maioria dos professores tem dificuldade em trabalhar com estes livros.

Torna-se muito importante uma mudança de comportamento, visando motivar o aluno a ler. Buscar despertar nestes alunos a disposição para "viajar" com a leitura. A formação do leitor se dá, quase sempre, na escola. Dessa forma, utilizar-se de obras da literatura infanto-juvenil pode despertar o interesse e transformar este aluno em um leitor em potencial, mudando sua postura diante do mundo que o cerca. A leitura é algo que tem se demonstrado muito importante através do tempo. Nos dias atuais observa-se que apesar de saber-se da importância do ato de ler, ainda há muito por fazer para tornar esta prática usual, principalmente nas escolas públicas.

Durante toda a evolução histórica da sociedade, a leitura vem sendo discutida sob os mais diversos aspectos e várias abordagens têm sido feitas. Educadores, pais, professores, filósofos têm se preocupado com o tema, pois sabem a importância que este tem para a evolução social do indivíduo. Uma maneira errônea de conceber o ato de ler é o de imaginá-lo como sendo simplesmente um ato de decodificação, em que se convertem letras e sons em significados.

A importância social da leitura revela-se a partir dos valores que essa prática adquiriu nas sociedades urbanas modernas. Criar condições para o aluno desvendar o mundo e interagir de maneira crítica por meio da leitura, deveria ser o objetivo maior das escolas, no entanto, é justamente aí que a prática de leitura fracassa; pela maneira como é trabalhada. A leitura do texto, quando não é pretexto para se ensinar gramática normativa, é trabalhada linearmente com a decodificação de conteúdos a serem avaliados.

As diversidades de práticas discursivas que caracterizam as várias formas de leitura são, muitas vezes, apenas reproduções da ideologia do poder dominante, ou seja, o discurso apresentado ao aluno, longe de satisfazer o seu interesse ou lhe revelar um mundo novo cheio de descobertas, longe de ser a tão sonhada viagem ao mundo do conhecimento, apenas serve como mantenedor do poder, uma forma de perpetuar a ideologia dos poderosos. Ora, parece interessante àqueles que se encontram no poder, ensinar somente o que poderia lhes garantir a permanência no domínio da situação.

Alguns autores como Orlandi (1996), consideram que mesmo reforçando a ideologia do poder dominante, o aluno pode tornar-se um leitor crítico e consciente. Se bem que para que isso possa acontecer, muita coisa deve mudar na forma como é utilizada a literatura infanto-juvenil no âmbito escolar. Assim, segundo Orlandi (1996, p.116):

Para alguns, o que acontece é que aumenta a autoridade da classe dominante: para outros, a educação pode provocar, nos dominados, a insatisfação com a própria condição de vida, já que se considera que a educação é uma via eficaz para a transformação da consciência crítica. Estes diriam, pois, que através da leitura se tem acesso ao saber, e pelo domínio do saber se podem explicitar os mecanismos do funcionamento da sociedade. Digamos que as duas coisas acontecem: aumenta a autoridade do Estado, mas, ao mesmo tempo, se cria a possibilidade da consciência crítica.

Em razão dessa visão equivocada da leitura, a escola tem formado uma quantidade significativa de leitores inaptos à compreensão dos textos lidos, embora os decodifiquem. São leitores que não sabem ler. Parece estranho esta colocação, visto que, aprendemos que decodificar o texto é ler, mas somente decodificar não poderá levar o leitor a compreender-lhe o sentido. Ler é muito mais que isso. Apesar

da necessidade do letramento, para a leitura de textos escritos, não é apenas tornando-se alfabetizado que alguém pode se tornar leitor.

Ler é, portanto, atribuir sentido ao texto, isto é, a partir de conhecimentos que já possui, do conhecimento de mundo que já dispõe, o leitor interage com o texto, construindo um significado. Dessa forma, “A leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela, portanto, resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala” (FREIRE, 1989, p. 17).

Reconhecer a interferência da cultura na aprendizagem da leitura é admitir o sujeito letrado. É afirmar a existência do leitor antes do texto. É não banalizar a sua história e a história cultural da qual faz parte. A bagagem cultural anterior do leitor deve ser levada em conta, pois a partir daí o texto poderá não apenas ser decodificado, mas também realmente lido e compreendido pelo aluno que fará sua própria leitura do conteúdo.

Os motivos que levam alguém a ler podem ser os mais variados, conforme os objetivos do leitor citados acima. Algumas pessoas lêem porque estão buscando uma informação, outras porque precisa aprender algo, aumentar os seus conhecimentos, outras porque querem conhecer o pensamento alheio, outras ainda lêem para se distanciar da realidade através do conteúdo do texto, algumas ainda o fazem por necessitar decorar os conteúdos, visando utilizá-los de alguma forma, como por exemplo, realizar uma prova, já ainda aquelas que lêem por pura diversão, consideram o ato de ler algo muito interessante, com o qual se predispõem a gastar o seu tempo livre.

A literatura infanto-juvenil é muito importante para a formação do leitor. O livro de literatura deve ser utilizado visando despertar no aluno a vontade de conhecer. Deve despertar o interesse em vivenciar a viagem da leitura. Deve-se compreender, entretanto, que o leitor não pode se interessar por outras formas de literatura, como, por exemplo, as histórias dos livros de literatura infanto-juvenil se não puderem ter acesso a eles, a manuseá-los e poder desfrutar do prazer da leitura. Segundo Lois (2001, p. 68):

O livro de literatura, diferente do livro pedagógico, brinca, ainda, com outras possibilidades de leitura: as imagens e variações das letras (tamanho e forma), também comunicam e apelam por uma participação do leitor, maior que aquela solicitada por um texto moldado para alfabetizar num só peso e numa só medida. Como se leitores se formassem sempre pelo mesmo e único caminho.

Observar a questão da leitura e dos leitores na escola significa observar e registrar o cotidiano escolar, as atividades registradas em sala de aula e a visão crítica dos alunos diante das situações vivenciadas no dia-a-dia. É lá que os professores e alunos interagem, vivenciando momentos de leitura. Por esta interação e vivência, diferenciados procedimentos poderão surgir e contribuir para a formação de verdadeiros leitores: leitores competentes e conscientes do seu papel na sociedade. Seriam os leitores que interagem com os textos que lhes são apresentados e que, por conseguinte, tornam-se mais críticos a cada leitura feita.

O processo de seleção dos textos a serem trabalhados em sala de aula, normalmente é feito através do livro didático. Mesmo hoje na escola pública, uma vez que o governo federal disponibiliza livros didáticos, previamente escolhidos pelo próprio professor. Tais textos, muitas vezes vêm com sugestões de interpretação, tolhendo, muitas vezes o processo interativo do aluno com a leitura que se lhe apresenta. O professor, neste caso, tem a sua parcela de culpa, quando por comodidade ou desconhecimento, impõe a interpretação do texto dada pelo livro didático como sendo a única possível.

A natureza de um texto não exclui a outra, cabe à escola trabalhar com os diferentes textos. Entretanto, entre os mais diversos textos existentes na sociedade, o literário é o que provoca no leitor um repensar da vida e é, sem sombra de dúvidas, o mais trabalhado na escola. Não se quer aqui descaracterizar a importância do uso de obras literárias no âmbito escolar ou de sua importância na formação de leitores, mas o que questiona é apenas o uso destas obras.

A literatura infanto-juvenil quando utilizada no trabalho com os alunos possibilita um uso não somente didático do texto, mas também uma leitura prazerosa. Além de ser possível aplicar conteúdos curriculares utilizando tais textos. O aluno deve entrar em contato com a leitura de vários textos, de conteúdos diversos para que crie o seu próprio juízo de valor acerca deles. Em outras palavras,

para que aprenda a diferenciá-los e dimensione a importância de cada um para a formação de seu conhecimento.

Definindo sua proposta e prática sobre a literatura infanto-juvenil em algumas escolas por ela trabalhada a escritora Norma Sandra (1983, p.11) afirma:

[...] “Sentimos agora necessidade de estudar mais criticamente a produção cultural destinada a adolescentes, procurando argumentos mais seguros na seleção de determinado livro ou autor, tentando auxiliar com modéstia, outras pessoas que também se interessem pela utilização didático-pedagógica do conjunto de obras rotulado de ‘Literatura Infanto-Juvenil’”

O professor, diante de uma primeira análise, seria aquele que mais contato teria no mundo escolar com a leitura e com a escrita e, por conseguinte, estaria mais apto a esclarecer as dificuldades que os alunos apresentassem diante do ato de ler e mesmo na produção de textos. Neste caso, todos os professores teoricamente teriam o hábito de ler e produziram textos com imensa facilidade. Estas afirmações infelizmente não são verdadeiras, pelo menos em relação à maioria dos professores. Sobre esse assunto, MAROTE (1994, p. 112) assevera que:

O bom professor é sempre um bom leitor e um incentivador da leitura. Para tal, ele não se cansará em criar situações deflagradoras, que estimulem os alunos a ler e gostar de ler. Como regra básica, ele procurará sempre fazer com que os alunos leiam o que gostam e sentindo prazer no que estão fazendo.

Essa seria a situação mais correta, no entanto, o que vemos são professores que quase não lêem, ou seja, apenas se prendem a livros didáticos e dificilmente procuram ler outros textos. Tais profissionais sentem imensa dificuldade em usar a literatura infanto-juvenil. Talvez porque, sem o auxílio do livro didático, sentem dificuldade em aplicar a estes textos os conteúdos gramaticais a serem explorados.

Outra questão importante é que tais professores, utilizando-se de textos diversos terão que aceitar a interpretação dada pelos alunos, sentindo uma certa insegurança neste sentido. Sabe-se que os textos são subjetivos e que cada aluno o lerá baseado na bagagem anterior de conhecimentos de que já dispõe. Segundo o escritor João Ubaldo Ribeiro, em sua obra “O Sorriso do Lagarto”, “o lagarto sorri

para cada um de uma forma”, assim, cada leitor fará sua própria interpretação do texto lido. Segundo Vilardi e Silveira (2005, p. 87):

No âmbito da leitura, centramo-nos na bidimensionalidade específica do discurso literário. Isso significa que a linguagem literária pressupõe um conteúdo manifesto, ou seja, uma cadeia significativa que se evidencia ao leitor, e um conteúdo latente, ou seja, uma cadeia significativa subjacente ao texto. A consequência imediata dessa estrutura é o caráter plural do texto, que, portanto, comporta várias leituras, não havendo sentido em privilegiar uma dentre todas as suas leituras possíveis.

Nenhum leitor é igual ao outro. Por isso, muitos professores preferem os textos contidos em livros didáticos a textos de literatura infanto-juvenil. A interpretação dos primeiros já está sugerida pelo autor. Apesar de ser arbitrária, esta forma de leitura é a mais comum nas escolas públicas. Torna-se necessário que haja uma mudança no modo de trabalhar a leitura na escola. Não basta somente ter livros didáticos e paradidáticos. É preciso mudar a maneira como se trabalha os textos visando despertar nos alunos o interesse pela leitura.

Conforme a necessidade deve-se usar os textos do livro didático, adequá-los à realidade do aluno. É importante enriquecer o vocabulário, mas isso não pode tornar a linguagem utilizada cotidiano do educando. Sabe-se que através da leitura os alunos “viajam” e adquirem novos conhecimentos e, é claro que isso implica em aquisição de linguagem, bem como em uma visível melhora no modo como escrevem. Dessa forma aspectos gramaticais, como por exemplo, a ortografia, a acentuação e aspectos da produção textual, como a coesão e a coerência também são trabalhados. O que não se pode privilegiar apenas a gramática em detrimento do prazer da leitura.

O papel da literatura infanto-juvenil na formação do leitor consciente e crítico é muito importante. Os textos de tais livros são adequados aos alunos do ensino fundamental. A linguagem usada é aquela que a criança e o adolescente vivenciam em seu cotidiano, logo é mais fácil chamar a atenção dos alunos e, por conseguinte, despertar neles o desejo de ler. É verdade que o educando precisa entrar em contato com obras de autores clássicos, até para conhecer os diferentes estilos e práticas literárias, mas utilizando textos destes autores adaptados para crianças e adolescentes, tal leitura torna-se muito mais fácil e atrativa.

Estimular a leitura, formando os leitores do futuro é papel fundamental da escola. Por isso, a utilização de todos os recursos disponíveis é importante para tornar isto possível. Cabe não só ao professor, como também a todos os que trabalham com crianças e adolescentes, incentivar o hábito da leitura.

O estímulo ao exercício imaginativo da leitura, proporcionado pelo objeto artístico, contribui para o rendimento intelectual do leitor, apesar de ser, muitas vezes, desconsiderado em sala de aula. Uma das principais tarefas do educador que atua no ensino fundamental é aperfeiçoar e ampliar a capacidade lingüística do educando, aspecto decisivo para o seu bom desempenho em todas as áreas do conhecimento. Por essa razão, a presença do gênero literário na agenda escolar, desde que respeitado o seu caráter artístico, pode ser apontado como excelente auxiliar do professor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há inúmeras experiências sendo desenvolvidas no sentido de transformar a prática da leitura e da escrita em sala de aula, de modo a utilizá-la de forma literária. Assim, tanto a leitura como a escrita, se desenvolvem dentro de uma perspectiva da linguagem e da imaginação. A partir dela, o ensino da língua e da literatura, integradas numa mesma prática, se faz possível já na altura da alfabetização ou mesmo antes dela, pelo gosto de contar e ouvir histórias, pela brincadeira com as letras e os sons, pela invenção livre do texto.

Essa concepção mais ampla de ensino e, por conseguinte, de aplicação da literatura infanto-juvenil, nos leva a pensar nas possibilidades de uma educação diferente daquela que a escola burguesa propõe, ou seja, crítica e transformadora do modelo de sociedade que a sustenta. Supõe, também, outra concepção da linguagem e da própria língua, que transcenda aquela tradicionalmente dominante na escola, de instrumento cujo domínio técnico asseguraria a comunicação escrita ou falada.

Acerca da literatura, como instrumento de transformação e socialização, convém frisar seu caráter imprescindível. Em termos acadêmicos, a literatura é o agente responsável pela evolução intelectual do cidadão, condição, na maioria das vezes, indispensável às boas relações humanas e profissionais. Não fosse o bastante, a literatura possibilita conhecimento técnico.

Na medida em que lemos, assimilamos estruturas gramaticais, aspectos léxicos da língua, sem falar na aquisição de um vocabulário intensamente rico. No entanto, é também conclusivo que a maioria das obras literárias veiculadas no meio escolar, é pouco profunda e atende às exigências do mercado editorial, ou seja, projeções e estimativas de venda em detrimento da qualidade educacional e mesmo artística. O resultado da instalação desse segmento editorial no meio educacional é o empobrecimento das perspectivas de aprendizagem, uma vez que tais obras não disponibilizam conteúdo suficiente para a implementação de um debate mais amplo.

A literatura, compreendida como instrumento de aquisição de saberes não pode, sob nenhuma hipótese, ser relegada a um segundo plano, ou seja, a

qualidade das obras arroladas pelo ensino fundamental e médio deve ser o principal critério na adoção deste ou daquele título. É de suma importância que os critérios utilizados na adoção das obras estejam de acordo com as expectativas da sociedade no que tange ao favorecimento dos princípios morais, cívicos e humanísticos. Aqui não se trata da interposição de uma falsa moral, tampouco da imposição de sistemáticas tendenciosas, trata-se sim, da fundamentação de uma ética universal que argua principalmente em favor do conhecimento.

Em tempo, a literatura não pode ser compreendida como um exercício isolado. As diversas fases da aprendizagem acadêmica são compartimentos que se conectam, ou melhor, se comunicam. Do mesmo modo, a literatura enquanto disciplina, deve comunicar-se com as demais criando um amplo sistema de saberes.

Há de criar-se o interesse pela literatura e não a sua obrigatoriedade, assim como com todas as outras disciplinas. Se a televisão e mais recentemente o mundo virtual, via computador, exercem tanto fascínio e encontram tantas facilidades de penetração, concluímos que a literatura possa, aliás, deva igualmente fascinar.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: Encontro e Interação.** – São Paulo: Parábola Editorial, 2003 – (Série Aula;1).

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Literatura Infanto-Juvenil: Arte ou Pedagogia Moral?** São Paulo: Editora Cortez, 1983.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23. ed. - São Paulo: Editora Cortez, 1989.

LOIS, Lena Vilanova. **Teoria e Prática na Formação do Leitor: o uso da literatura em sala de aula.** Salvador: Instituto Newton Rique, 2001.

MAROTE, João Teodoro D'olím. **Didática da Língua Portuguesa.** Série Educação. 6. ed. - São Paulo: Ática, 1994.

ORLANDI, Enio Piccinelli. **Leitura: de quem, para quem.** In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.* 4. ed. - Campinas/SP: Pontes, 1996, p.276.

PASQUALE NETO, Ciro. **Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 2003.

RIBEIRO, João Ubaldo. **O Sorriso do Lagarto.** São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

VILLARDI, Raquel e SILVEIRA, Elizabeth. **Literatura infantil na escola: Aprendendo a gostar de ler e aprendendo a gostar de escrever - uma experiência inovadora.** Disponível em: <http://www.docedeletra.com.br> Acesso em 20 de maio de 2006.